



PREFEITURA DE
IBIMIRIM
Fazendo mais por você

Rua Maria do Rosário Melo, 218, Areia Branca - Ibimirim - PE - CEP: 56-580-000

CONTRATO Nº 206/2025
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 032/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2025

CONTRATAÇÃO DE AQUISIÇÃO DE PNEUS
QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO O O
MUNICÍPIO DE IBIMIRIM, ATRAVÉS DAS
DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, E DO
OUTRO LADO A EMPRESA: **EVOK
IMPORTACAO E DISTRIBUICAO LTDA**, NA
FORMA ABAIXO:

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIMIRIM**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 10.105.971/0001-50, com sede administrativa na Rua Maria do Rosário Melo, 218 – Areia Branca – Ibimirim (PE) – CEP. 56.580-000, através da **Secretaria de Transporte, Mobilidade Urbana E Rural (Secretaria Demandante)**, neste ato representada pelo Sr. **Edilson Elias Dos Santos**, casado portador do CPF nº 030.538.854-17 e RG nº 5388967 SDS/PE tendo como **SECRETARIAS PARTICIPANTES** a **Secretaria de Infraestrutura Gestão Urbana**, inscrita no CPF nº. 683.364.204-44 e RG nº. 3.714.348 SDS/PE, a **Secretaria de Saúde** neste ato representada pela Sra. **Wellitania de Melo Siqueira**, brasileira, divorciada, inscrita no CPF nº 048.344.584-31 e 6868237 SDS/PE, a **Secretaria de Desenvolvimento Social**, neste ato representado pela Sra. **Márcia Rejane da Silva**, brasileira, solteira, portadora do CPF nº 760.643.934-72 e RG nº 4.229.361, a **Secretaria da Mulher**, neste ato representado pela Sra. **Gleyce Mayara Rodrigues da Silva**, brasileira, divorciada, portadora do CPF nº 107.313.434-25 e RG nº 53431805-8 SSP/SP e da **Secretaria de Agricultura** neste ato representada pelo Sr. **Reklejavik Vicente da Silva**, brasileiro, casado portador do CPF nº 808.847.684-49 e RG nº 4.424.876, doravante denominados **CONTRATANTES**, e do outro, na qualidade de **CONTRATADA**, como será designada a seguir a empresa: **EVOK IMPORTACAO E DISTRIBUICAO LTDA**, com sede na AV VEREADOR ABRAHAO JOAO FRANCISCO, 2957, RESSACADA, ITAJAÍ/SC CEP: 88.307-303, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 44.116.889/0001-42, neste ato representado por seu Representante Legal, Sr.(a) **ADELAIDE ANTUNES**, portador da Carteira Nacional De Identidade Nº 13.567.377-3, expedida por SESP-PR e CPF nº 099.749.778-51, tem justo e contratado, nos termos e estipulações desta avença e das normas jurídicas incidentes, em especial a Lei n.º 14.133/21 e suas alterações posteriores, quem mutuamente outorgam e aceitam, o seguinte.

1. DO OBJETO

1.1. Integram o presente contrato os seguintes documentos:
Edital do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2025**, cujo objeto consiste no **Registro de Preços** para futura e eventual aquisição parcelada de pneus, câmaras, protetores e válvulas de primeiro uso, com certificado **INMETRO** para serem utilizados nos veículos pertencentes à frota de diversas Secretarias, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas contidas no Termo de Referência.

2. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

2.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotações orçamentárias próprias, previstas no orçamento deste Município, para o exercício de 2025, na classificação abaixo:

SECRETARIA DE SAÚDE:

10.122.1006.2073.0000 — Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Saúde
10.301.1006.2076.0000 - Manutenção das Atividades da Atenção Básica
10.302.1006.2976.0000 — Manutenção de Tratamento Fora de Domicílio — TFD
10.304.1006.2088.0000 — Manutenção das Atividades do programa de Vigilância Sanitária
10.305.1006.2090.0000 — Manutenção das Atividades do Programa de Vigilância Epidemiológica
3.3.90.39.00 - Outros serviços de terceiros — pessoa jurídica.
Elemento de despesa: 3.3.90.30.00 — Material de consumo

10.122.1006.2073.0000 — Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Saúde
10.301.1006.2076.0000 — Manutenção das Atividades da Atenção Básica
10.302.1006.2976.0000 — Manutenção de Tratamento Fora de Domicílio - TFD
10.304.1006.2088.0000 — Manutenção das Atividades do programa de Vigilância Sanitária
10.305.1006.2090.0000 — Manutenção das Atividades do Programa de Vigilância Epidemiológica
3.3.90.30.00 - Material de Consumo.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO:

12.122.1223.2927.0000 — Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Educação
12.361.1223.2936.0000 — Custeio das despesas vinculadas ao salário Educação
12.361.1223.4055.0000 — Manutenção do transporte escolar
Elemento de despesa: 3.3.90.39.00 — Outros serviços de terceiro — Pessoa Jurídica

12.122.123.2927.0000 — Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Educação
12.361.1223.2936.0000 — Custeio das Despesas vinculadas ao salário Educação
12.361.1223.4055.0000 — Manutenção do transporte escolar
Elemento de despesa: 3.3.90.30.00 — Material de consumo

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL:

08.122.0815.2122.0000 — Manutenção das Atividades do FMAIS
08.122.0815.4054.0000 — Manutenção dos Conselhos municipais ligados à Assistência Social



Rua Maria do Rosário Melo, 218, Areia Branca - Ibimirim - PE - CEP: 56-580-000

08.122.0837.2914.0000 – Manutenção do índice de gestão descentralizada do SUAS – IGDSUAS
08.122.0839.2938.0000 – Manutenção das Atividades vinculadas ao Programa Bolsa Família
08.241.0831.2130.0000 – Serviço de conveniência e fortalecimento de vínculos - Idoso
08.241.0831.4032.0000 – Manutenção das Atividades do Projeto Ação Interação – Idoso
08.243.0834.2128.0000 – Manutenção das Atividades do Serviço de Convivência e Fortalecimento do Centro da juventude
08.243.0834.2983.0000 – Manutenção das atividades de erradicação do Trabalho Infantil – AEPETI
08.244.0834.2136.0000 – Serviço especializado para pessoas em situação de rua
08.244.0834.2137.0000 – Serviço de acolhimento institucional – Casa da criança
08.244.0834.2904.0000 – Programa de benefício eventual
08.244.0834.2905.0000 – Manutenção do Programa BPC na escola
08.244.2730.2992.0000 – Manutenção do CRAS – Fundo a Fundo – Estadual
08.244.2730.4060.0000 – Manutenção do CREAS Fundo a Fundo – Estadual
08.245.0832.4046.0000 – Desenvolvimento das ações de proteção social básica
08.245.0834.2907.0000 – Manutenção do Programa primeira infância no SUAS – Criança Feliz
08.245.0839.4047.0000 – Desenvolvimento das ações de proteção social especial de média complexidade
08.306.0834.2916.0000 – Manutenção do Programa Cozinha Comunitária
08.333.0834.2908.0000 – Manutenção das atividades do Programa Acessuas -Trabalho
Elemento de despesa: 3.3.90.39.00 – Outros serviços de terceiros – Pessoa Jurídica

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

15.122.0421.2031.0000 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE INFRA ESTRUTURA PÚBLICA.
Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00 – Material de consumo.

SECRETARIA DE AGRICULTURA

20.606.2012.2045.0000 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE AGRICULTURA.
Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00 – Material de consumo.

SECRETARIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES

14.244.0421.2007.0000 IMPL. E MANUTENÇÃO DE POLÍTICAS DE DEFESA DOS DIREITOS DAS MULHERES.
Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00 – Material de consumo.

SECRETARIA DE TRANSPORTE, MOBILIDADE URBANA E RURAL

26.122.0421.4077.0000 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE TRANSPORTE, MOBILIDADE URBANA E RURAL.
Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00 – Material de consumo.

DO VALOR E PRAZO DE PAGAMENTO

2.2. O valor do presente Termo de Contrato é de **R\$ 77.759,76** (setenta e sete mil setecentos e cinquenta e nove reais e setenta e seis centavos). Conforme segue discriminado na tabela abaixo:

EVOK IMPORTACAO E DISTRIBUICAO LTDA - CNPJ Nº 44.116.889/0001-42 AV VEREADOR ABRAHAO JOAO FRANCISCO, 2957, RESSACADA, ITAJAI/SC CEP: 88.307-303 FONE: (41) 9857-6714 (41) 9926-0712 E-MAIL: evokimportacao@gmail.com Representante legal: ADELAIDE ANTUNES RG Nº 13.567.377-3 SESP-PR e CPF nº 099.749.778-51							
Item	Descrição	Unidade	Marca	Modelo	Quantidade	VI. Unit.	VI. Total
19	PNEUS 14.00-24	UND	JUHENG	G-2/L-2 16PR - GRIP PIONEER	24	R\$ 3.239,99	R\$ 77.759,76
VALOR TOTAL						R\$ 77.759,76	

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT TOTAL	QUANTIDADE DE CADA SECRETARIA						
				Saúde	Desenvolvimento Social	Educação	Infraestrutura	Mulher	Agricultura	Transporte, Mobilidade Urbana e Rural
1	PNEU PARA TRATOR DIANTEIRO 12-4-24 CAP 12 LONAS	UND	10						10	
2	PNEUS PARA TRATOR TRASEIRO 18-4-30 12 LONAS	UND	8						8	
3	PNEU 7.50 r 16	UND	30						22	8
4	PNEU 1000-20 BORRACHUDO	UND	36				8		12	16
5	PNEUS 1000/20 DIRECIONAL	UND	8				4			4



Rua Maria do Rosário Melo, 218, Areia Branca - Ibimirim - PE - CEP: 56-580-000

6	PNEU 275-80 r 22.5 DIRECIONAL	UND	54			16			26	12
7	PNEU 275-80 r 22.5 BORRACHUDO	UND	105			25			32	48
8	PNEU 215-75 r 17.5 DIRECIONAL	UND	48			40			4	4
9	PNEU 215-75 r 17.5 BORRACHUDO	UND	68			60			8	
10	PNEUS 17.5-25	UND	28				8			20
11	PNEU MOTO TRASEIRO 90-90/18	UND	30	20			6		4	
12	PNEU MOTO DIANTEIRO 275/18	UND	4						4	
13	PNEU 80/100-18	UND	4				4			
14	PNEUS 19.5L-24	UND	12				8			4
15	PNEUS 12.5/80-18	UND	16				8			8
16	PNEUS 12-16.5	UND	4				4			
17	PNEUS 14.00-24	UND	24							24
18	PNEUS 185/70-14	UND	92			60	12			20
19	PNEU 175/70-13	UND	20		12		8			
20	PNEUS - REF. 225/65 R.16	UND	10			10				
21	PNEU BORRACHUDO RADIAL (TRASEIRO) REF. 235/75 R. 17.5	UND	20			20				
22	PNEU DIRECIONAL RADIAL (DIANTEIRO) REF. 235/75 R. 17.5	UND	16			16				
23	PNEU 185/65 - R. 14	UND	8					8		
24	PNEU CARRO DE MÃO MACIÇO COMPLETO	UND	4						4	
25	PNEUS - REF. 185/65 R. 15	UND	10			10				
26	PNEUS - REF. 265/65 R17	UND	15			15				
27	PNEU BORRACHUDO RADIAL (TRASEIRO) REF. 900/20	UND	70			70				
28	PNEU DIRECIONAL RADIAL (DIANTEIRO) REF. 900/20	UND	25			25				
29	PNEU DIRECIONAL RADIAL (DIANTEIRO) REF. 750/16	UND	25			25				
30	PNEU 175/75 ARO 14	UND	24		24					
31	PNEU REF. 175/70 - R 14	UND	304	280	24					
32	PNEU REFERÊNCIA 205/75/ R16-C	UND	60	60						
33	PNEU BORRACHUDO RADIAL (TRASEIRO) REF. 750/16	UND	40			40				
34	CÂMARA DE AR - PNEU 750 - 16	UND	80			80				
35	CÂMARA DE AR PNEU 18-4-30	UND	14						14	
36	CÂMARA DE AR PNEU 12-4-24	UND	16						16	

[Handwritten signatures and initials]



Rua Maria do Rosário Melo, 218, Areia Branca - Ibimirim - PE - CEP: 56-580-000

37	CÂMARA DE AR PNEU 7.50 r 16	UND	32					24	8
38	CÂMARA DE AR PNEU 1000-20	UND	52			12		20	20
39	CÂMARA DE AR PNEU MOTO 90-90/18	UND	26	20				6	
40	CÂMARA DE AR PNEU MOTO 275/18	UND	6					6	
41	CÂMARA DE AR 17.5-25	UND	16			6			10
42	CÂMARA DE AR 19.5L-24	UND	10			6			4
43	CÂMARA DE AR 12.5/80-18	UND	14			8			6
44	CÂMARA DE AR 12-16.5	UND	4			4			
45	CÂMARA DE AR 14 00-24	UND	12						12
46	CÂMARA DE AR MG-18	UND	8			8			
47	CÂMARA DE AR - PNEUS REF. 900/20	UND	80		80				
48	PROTETOR DE CÂMARA DE AR PNEU 1000-20	UND	48			12		16	20
49	PROTETOR DE CÂMARA DE AR 7.50-16	UND	8						8
50	PROTETOR DE CÂMARA DE AR 17.5-25	UND	14			4			10
51	PROTETOR DE CÂMARA DE AR 14.00-24	UND	12						12
52	PROTETOR DE CÂMARA DE AR 900/20	UND	80		80				
53	PROTETOR DE CÂMARA DE AR REF. 750/16	UND	80		80				
54	VÁLVULA PARA ARO 13-14	UND	39			15			24
55	VÁLVULA RODA SEM CÂMARA - REF. 215/75 R. 17.5	UND	40		40				
56	VÁLVULA RODA SEM CÂMARA - REF. 275/80 R. 22.5	UND	20		20				
57	VÁLVULA PARA PNEUS tr414	UND	40		40				
58	VÁLVULA RODA SEM CÂMARA - REF. 235/75 R. 17.5	UND	20		20				

2.3. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

2.4. O pagamento deverá ser efetuado mensalmente, em até 30 (trinta) dias do mês subsequente à prestação dos serviços relativos ao mês da competência da prestação dos serviços, e do recolhimento de todos os encargos e contribuições sociais (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Previdência Social), correspondentes ao mês da última competência vencida, bem como apresentação da Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada pelo Gestor do Contrato.

2.5. O Atesto da Nota Fiscal/Fatura deverá observar o cumprimento dos Níveis de Serviços requeridos neste Termo de Referência e descritos no ADENDO A podendo ter valores descontados, caso seja constatado descumprimentos dos níveis e serviços previamente estabelecidos.

2.6. A gestão do Contrato ficará a cargo da Comissão Especial Designada.

2.7. O pagamento da disponibilização do sistema será feito após a entrega das licenças e validação pela Contratante.

3. REAJUSTE E ALTERAÇÕES

3.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em



Rua Maria do Rosário Melo, 218, Areia Branca - Ibimirim - PE - CEP: 56-580-000

11/04/2025.

3.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

3.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

3.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

3.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

3.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

3.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

3.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

3.9. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

4. ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

4.1. Os produtos/serviços deverão ser entregues conforme este Termo de Referência e seus anexos;

4.2. O recebimento definitivo não implicará em eximir a Contratada das responsabilidades e obrigações a que se refere a legislação em vigor.

5. DA FISCALIZAÇÃO E DA GESTÃO DO CONTRATO

5.1. DO FISCAL DE CONTRATO:

5.1.1. Cumprir e fazer cumprir as disposições regulamentares do serviço e as cláusulas constantes no instrumento contratual pactuado;

5.1.2. Acompanhar e fiscalizar as condições de execução do contrato de modo a fomentar seu cumprimento na estrita legalidade;

5.1.3. Registrar todas as ocorrências qualitativas e/ou quantitativas, informando ao Gestor do contrato sobre infrações e/ou discrepâncias que necessitem de ajustes no pacto para tomada de providências, quando o objeto não for cumprido ou não suprir a necessidade tendo como diapasão o Termo de Referência;

5.1.4. Efetuar a validação do módulo, notificando a contratada sobre possíveis inconsistências;

5.1.5. Avaliar os resultados/objetos entregues;

5.1.6. Atestar a Nota Fiscal e o relatório de prestação dos serviços (quantidade, modalidade de recebimento dos documentos, tarifas dos serviços e demais informações que se fizerem necessárias);

5.1.7. Manter permanente vigilância sobre as obrigações da Contratada, definidas nos dispositivos contratuais;

5.1.8. Receber e examinar as críticas, sugestões e reclamações dos usuários;

5.1.9. Relatar as ocorrências que exijam a comunicação às autoridades de fiscalização, levando ao conhecimento do poder público as irregularidades de que tenham conhecimento referentes ao serviço prestado;

5.1.10. Intervir na prestação do serviço, nos casos e condições previstos em lei;

5.1.11. Zelar pela boa qualidade do serviço, receber, apurar e solucionar queixas e reclamações dos usuários, que serão cientificados, em até 30 (trinta) dias, das providências tomadas;

5.1.12. Acompanhar a evolução e tendência das demandas pelos serviços regulados, controlados e fiscalizados nas áreas delegadas a terceiros, públicos ou privados, visando identificar e antecipar necessidades de investimentos para expansão;

5.1.13. Prestar esclarecimentos e apresentar soluções técnicas a seu cargo para ocorrências que surgirem durante a execução do contrato e propor medidas que melhorem a execução do mesmo.

5.1.14. **Fiscais do Contrato:**

Nome	Matrícula	Secretaria
José Jailson Ferreira da Silva	11942	• Secretaria de Transporte, Mobilidade Urbana e Rural, • Secretaria Municipal de Infraestrutura
Ademir José Alves Tavares	120550	Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente
Jacqueline Alves da Silva	11858	Secretaria Municipal da Mulher
Luciano José Emerêncio Silva	12.052-8	Secretaria Municipal de Educação
Edilson José da Silva	11691	Secretaria Municipal de Saúde



Rua Maria do Rosário Melo, 218, Areia Branca - Ibimirim - PE - CEP: 56-580-000

Sheyla de Almeida Santos - CAD ÚNICO
Idayanny Araújo Souza - CREAS
Ires Inês da Silva - Proj. Idoso e Cidadania
Quitéria Iraci Teixeira - CRAS

11676-1
154433-7
154509-3
13184-8

Secretaria Municipal de Assistência Social

5.2. DO GESTOR DO CONTRATO

5.2.1. Efetuar no prazo de até 05 (cinco) dias corridos após o fechamento da competência a validação do relatório mensal resultante da prestação dos serviços;

5.2.2. Controlar administrativamente os aspectos orçamentários e financeiros inerentes à execução contratual no intuito de que haja seu desdobramento de forma regular;

5.2.3. Atestar a Nota de Empenho;

5.2.4. Verificar as regularidades fiscais (Federal, Estadual e Municipal) e trabalhista da contratada;

5.2.5. Manifestar-se sobre quaisquer solicitações da contratada, em especial aquelas pertinentes a valores do contrato e prazos, submetendo-os à autoridade competente;

5.2.6. Propor à autoridade competente, de forma motivada e fundamentada e com base nas anotações da fiscalização contratual, a abertura de processo administrativo para aplicação de penalidades ao contratado, conforme previsto no contrato;

5.2.7. Administrar o processo de aplicação de penalidades regulamentares no edital do processo licitatório e pactuadas no contrato;

5.2.8. Quando da proximidade do encerramento da vigência contratual, consultar, em tempo hábil, sobre o interesse da renovação e, em havendo, promover a respectiva prorrogação;

5.2.9. Executar Justificativa Técnica e Estudo de Compatibilidade do Preço que ensejarão os ajustes e/ou renovação do contrato;

5.2.10. Informar à área requisitante, em prazo hábil, quando prever ou verificar necessidade de modo promover acréscimos, supressões e/ou outras alterações no objeto do contrato.

5.2.11. Gestores do Contrato:

Nome	Matrícula	Secretaria
José Joacy Almeida Silva	11418	- Secretaria de Transporte, Mobilidade Urbana e Rural, - Secretaria Municipal de Infraestrutura
Manoel Xavier Ferreira	120561	Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente
Riquissane de Vasconcelos Pereira Bruno	120573-3	Secretaria Municipal da Mulher
Jessé da Silva Sousa	11603-1	Secretaria Municipal de Educação
Rui Quirino da Silva	3254	Secretaria Municipal de Saúde
Matheus Eduardo Gomess de Lima	154514-3	Secretaria Municipal de Assistência Social

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

6.1. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

6.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

6.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

6.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

6.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

6.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

6.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

6.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

6.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

6.1.9. A Administração terá o prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período;

6.1.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias;

6.1.11. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de

[Handwritten signatures and initials in blue ink]



Rua Maria do Rosário Melo, 218, Areia Branca - Ibimirim - PE - CEP: 56-580-000

cláusulas contratuais:

6.1.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato. Bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

6.2. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

6.2.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

6.2.2. Entregar o objeto na embalagem de original, com data de validade e especificações do produto;

6.2.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor ([Lei nº 8.078, de 1990](#));

6.2.4. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

6.2.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior ([art. 137 II, da Lei nº 14.133, de 2021](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

6.2.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

6.2.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

6.2.8. O contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS –CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas –CNDT;

6.2.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

6.2.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual;

6.2.11. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

6.2.12. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

6.2.13. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 118, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

6.2.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

6.2.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124 II, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

6.2.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante.

7. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

7.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

7.1.2. dar causa à inexecução total do contrato;

7.1.3. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

7.1.4. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

7.1.5. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013;

7.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

7.2.1. advertência; multa; impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.



Rua Maria do Rosário Melo, 218, Areia Branca - Ibimirim - PE - CEP: 56-580-000

7.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- 7.3.1.** a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 7.3.2.** as peculiaridades do caso concreto;
- 7.3.3.** as circunstâncias agravantes ou atenuantes; e
- 7.3.4.** os danos que dela provierem para a Administração Pública.

7.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 10 (Dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

7.5. Para as infrações previstas nos itens 8.1.1, 8.1.2 e 8.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

7.6. Para as infrações previstas nos itens 8.1.4, 8.1.5, 8.1.6, 8.1.7 e 8.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

7.7. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

7.8. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.9. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 7.1.1, 7.1.2 e 7.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

7.10. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 7.1.4, 7.1.5, 7.1.6, 7.1.7 e 7.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 7.1.1, 7.1.2 e 7.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

7.11. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 29.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades.

7.12. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

7.13. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

7.14. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

7.15. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

7.16. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a reparação integral dos danos causados.

8. RESCISÃO

8.1. A inexecução total ou parcial do contrato ensejará a sua extinção com as consequências contratuais e as previstas em lei, com fulcro no Título III, Capítulo VIII da Lei n. 14.133/2021, nos seguintes modos:

8.1.1. determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

8.1.2. consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

8.1.3. determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial. Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

8.1.3.1. não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;

8.1.3.2. desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;

8.1.3.3. alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;

8.1.3.4. decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;

8.1.3.5. caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;

[Handwritten signatures and initials in blue ink]



Rua Maria do Rosário Melo, 218, Areia Branca - Ibimirim - PE - CEP: 56-580-000

8.1.3.6. razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;

8.1.3.7. não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

8.2. O descumprimento, por parte da CONTRATADA, de suas obrigações legais e/ou contratuais assegurará ao CONTRATANTE o direito de extinguir o contrato a qualquer tempo, independentemente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial.

8.3. A extinção por ato unilateral do CONTRATANTE sujeitará a CONTRATADA à multa rescisória de até 10% (dez por cento) sobre o valor do saldo do contrato existente na data da extinção, independentemente de outras penalidades.

8.4. Caso o valor do prejuízo do CONTRATANTE advindo da extinção contratual por culpa da CONTRATADA exceder o valor da Cláusula Penal prevista no parágrafo anterior, esta valerá como mínimo de indenização, na forma do disposto no art. 416, parágrafo único, do Código Civil.

8.5. A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

8.6. O termo de rescisão será procedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

- a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- c) Indenizações e multas.

9. VEDAÇÕES

9.1. É vedado à CONTRATADA:

9.1.1. caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

9.1.2. interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

10. DOS CASOS OMISSOS

10.1. Este contrato rege-se pelas disposições expressas na Lei n. 14.133/2021 e pelos preceitos de direito público, sendo aplicados, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

10.1.1. Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida lei, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

11. DA PUBLICAÇÃO

11.1. O CONTRATANTE providenciará a publicação deste contrato no jornal dos Municípios do Estado de Pernambuco - AMUPE (www.diariomunicipal.com.br/amupe) nos termos do art. 174 da Lei n. 14.133/2021, considerando a não implantação do Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), para fins de garantia a ampla publicidade.

12. DO FORO

12.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Ibimirim, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para nele serem dirimidas dúvidas e questões oriundas deste contrato. E, para firmeza e como prova de assim haverem entre si ajustado e contratado, foi lavrado o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, uma das quais se destina à Contratada, o qual depois de lido e achado conforme, vai assinado pelas partes contratantes.

Ibimirim/PE, 26 de maio de 2025.

Edilson Elias dos Santos
Secretário Municipal de Transporte
Mobilidade Urbana e Rural Mat: 1610
EDILSON ELIAS DOS SANTOS
SECRETARIA DE TRANSPORTE, MOBILIDADE URBANA E RURAL

Marlos Aland'lon Gomes
Secretário de Infraestrutura
e Gestão Urbana
Mat: 11806
MARLOS ALAND'LON GOMES D'ÁVILA
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

LEUTÂNIA GOMES OLIVEIRA
SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO

WELLTÂNIA DE MELO SIQUEIRA
SECRETÁRIA DE SAÚDE



PREFEITURA DE
IBIMIRIM
Fazendo mais por você

Rua Maria do Rosário Melo, 218, Areia Branca - Ibimirim - PE - CEP: 56-580-000

MÁRCIA ROCHA DA SILVA
SECRETÁRIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Reklejavik Vicente da Silva
Secretário de Agricultura
e Meio Ambiente

REKLEJAVIK VICENTE DA SILVA
SECRETARIA DE AGRICULTURA

GLEYCE MAYARA RODRIGUES DA SILVA
SECRETÁRIA DA MULHER

IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO
CNPJ nº 44.116.889/0001-42
00142

Assinado eletronicamente
por EVOK IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO LTDA
em 20/03/2025 às 10:02

EVOK IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO LTDA
CNPJ/MF sob o nº 44.116.889/0001-42

FORNECEDOR
ADELAIDE ANTUNES
REPRESENTANTE LEGAL

TESTEMUNHAS:

1. Edson R. da Silva
Nome:
CPF: 064.347.174-07

2. Adriana Caroline Martins
Nome:
CPF: 238.131.774-08

10

107

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE IBIMIRIM

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 206/2025

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 206/2025, ORIUNDO DO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 032/2025 E PREGÃO
ELETRÔNICO Nº 016/2025**

O objeto consiste no Registro de Preços para futura e eventual aquisição parcelada de pneus, câmaras, protetores e válvulas de primeiro uso, com certificado INMETRO para serem utilizados nos veículos pertencentes à frota de diversas Secretarias.
CONTRATANTE: A PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIMIRIM, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 10.105.971/0001-50, com sede administrativa na Rua Maria do Rosário Melo, 218 – Areia Branca – Ibimirim (PE) – CEP. 56.580-000.
EMPRESA CONTRATADA: EVOK IMPORTACAO E DISTRIBUICAO LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 44.116.889/0001-42. Vencedora dos seguintes itens: Item 19, com valor unitário R\$ 3.239,99 (três mil duzentos e trinta e nove reais e noventa e nove centavos) e valor total R\$ 77.759,76 (setenta e sete mil setecentos e cinquenta e nove reais e setenta e seis centavos). **Valor total do contrato: R\$ 77.759,76** (setenta e sete mil setecentos e cinquenta e nove reais e setenta e seis centavos).

DATA DA ASSINATURA: 26 de maio de 2025.
VIGÊNCIA: 12 meses.

Gestores (as) Dos Órgãos:

EDILSON ELIAS DOS SANTOS
Secretaria De Transporte, Mobilidade UrbanoERural

MARLOS ALAND'LON GOMES D'ÁVILA
Secretaria De Infraestrutura

LEUTÂNIA GOMES OLIVEIRA
Secretária De Educação

WELLITÂNIA DE MELO SIQUEIRA
Secretária De Saúde

MÁRCIA REJANE DA SILVA
Secretária De Desenvolvimento Social

REKLEJAVIK VICENTE DA SILVA
Secretaria De Agricultura

JESSICA GERMANO DO NASCIMENTO
Secretária Da Mulher

Publicado por:
Wanderson Jose Silva
Código Identificador:0966C7CE

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Pernambuco no dia 13/08/2025. Edição 3905
A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:
<https://www.diariomunicipal.com.br/amupe/>